Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará-Brasil

Revista Cocar, Belém, V.24, N.42, p. 01-16, 2026 ISSN: 2237-0315

A ética de relação na pesquisa com seres humanos

The ethic of relation in research with human subjects

Willer Moravia
Helce Amanda Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Resumo
Este artigo adota uma abordagem teórico-reflexiva para explorar a ética na pesquisa com seres humanos, com um enfoque particular nas Ciências Humanas. Discute-se a relevância de ultrapassar a mera conformidade com normas burocráticas, ressaltando a natureza dinâmica das normas éticas que refletem valores e práticas em constante evolução. O trabalho realça a complexidade da pesquisa envolvendo seres humanos, sublinhando a necessidade de uma avaliação e reflexão contínuas da prática de pesquisa. O conceito central do artigo é a ética de relação (Levinas, 1988), que prioriza a alteridade e a responsabilidade para com o outro. São fundamentos específicos para a integração da ética de relação na pesquisa, abrangendo a humanização do processo, o reconhecimento da complexidade das identidades dos participantes e a importância de reflexão contínua.
Palavras-chave: Ética na pesquisa; Ética de relação; Pesquisa com seres humanos.

Abstract
This article adopts a theoretical-reflective approach to explore ethics in research with human subjects, with a particular focus on the Humanities. It discusses the relevance of going beyond mere compliance with bureaucratic norms, highlighting the dynamic nature of ethical standards that reflect evolving values and practices. The work emphasizes the complexity of research involving human beings, underscoring the need for continuous evaluation and reflection on research practice. The central concept of the article is relational ethics (Levinas, 1988), which prioritizes otherness and responsibility towards the other. Specific foundations for integrating relational ethics in research are outlined, including humanizing the process, recognizing the complexity of participants' identities, and the importance of continuous reflection.
Keywords: Ethics in research; Relational ethics; Research with human subjects.

A ética de relação na pesquisa com seres humanos

Introdução

A ética na pesquisa é frequentemente reduzida a uma simples conformidade com procedimentos burocráticos e diretrizes emanadas de Comitês de Ética. Embora tais normativas proporcionem um arcabouço valioso para orientar a condução de investigações, é essencial compreender que elas não são entidades imutáveis ou absolutas. Diante disso, neste trabalho, entende-se que essas diretrizes são, na verdade, documentos evolutivos, que refletem os valores éticos e as normas de conduta apropriadas em contextos históricos específicos. Reconhece-se, portanto, que, embora fundamentais, essas normativas não são exaustivas, pois não conseguem prever todas as complexidades e dilemas éticos que podem surgir durante o processo de pesquisa.

A pesquisa envolvendo seres humanos é intrinsecamente complexa, imersa em um emaranhado de relações sociais que exigem uma compreensão sofisticada e multidimensional. Este campo transcende a mera coleta de dados, evocando um compromisso ético robusto, fundamentado no reconhecimento mútuo e na consideração criteriosa como pilares em todas as etapas do processo investigativo. A ética, neste contexto, não se restringe a uma série de protocolos; ela representa um exercício contínuo de reflexão e introspecção sobre as interações e o comportamento do pesquisador no contexto da geração de conhecimento (Gatti, 2019).

Nesse sentido, a abordagem ético-reflexiva é fundamental para guiar as escolhas e ações dos pesquisadores. Ao invés de se restringir a um checklist de normas a serem seguidas, a ética na pesquisa deve ser vista como um processo contínuo de avaliação e reavaliação das próprias práticas à luz dos princípios éticos. Essa perspectiva ampliada da ética na pesquisa ressalta a importância de uma consciência ética além da conformidade regulatória. Exige dos pesquisadores uma compreensão mais profunda das consequências morais de suas ações e a habilidade de adaptar-se a situações inesperadas e complexas que desafiam as normativas pré-existentes. Desta forma, a ética se torna um componente integral e dinâmico da pesquisa, vital para garantir que o conhecimento produzido seja não apenas tecnicamente sólido, mas também moralmente responsável e socialmente benéfico.

A abordagem ética na pesquisa deve ser, portanto, um imperativo moral, que coloca em primeiro plano a responsabilidade do pesquisador perante os participantes. Este reconhecimento dos participantes como sujeitos ativos, e não meros objetos de estudo, infunde na pesquisa um comprometimento ético profundo, que se centraliza no respeito à

dignidade humana e na salvaguarda do bem-estar dos envolvidos (Corsaro, 2005; Gatti, 2019; Kramer, 2002; Kramer; Pena, 2019).

O presente artigo, tem como objetivo promover uma discussão teórico-reflexiva sobre as questões éticas subjacentes à pesquisa com pessoas, utilizando como conceito central a ética de relação (Levinas, 1988). As reflexões aqui apresentadas emergem de um questionamento central sobre como as práticas de pesquisa em Ciências Humanas podem não apenas atender aos requisitos éticos formais, mas também honrar e respeitar a complexidade e as particularidades dos seres humanos.

Este artigo organiza-se em quatro seções, para além desta primeira. Na segunda seção, discute a necessidade de sustentar o compromisso ético nas pesquisas com seres humanos. Ainda, destaca a necessidade de que os participantes das pesquisas sejam reconhecidos como sujeitos ativos, portadores de histórias, contextos e identidades próprias, cuja participação configura uma colaboração na produção do conhecimento. Na terceira seção é aprofundada a ideia de ética na relação, apontando que prática ética na pesquisa exige autorreflexão contínua, permitindo ao pesquisador reconhecer seus próprios limites e a possibilidade de ajustar suas ações de forma responsável. Discute, ainda, que uma ética contextualizada e responsiva, equilibra normas gerais e singularidades dos participantes, promovendo uma postura sensível, humanizada e comprometida com a dignidade e a complexidade das relações no campo. A quarta seção aponta que a pesquisa deve assumir um compromisso ético-político voltado à justiça social, à equidade e à transformação social, refletindo criticamente sobre os impactos de seus resultados e promovendo relações pautadas no respeito, no cuidado e na responsabilidade coletiva. Por fim, a última seção tece as considerações finais.

Compromisso ético e reconhecimento dos participantes como sujeitos ativos

Ao reconhecermos os diversos questionamentos e desafios que habitam o processo de produção de conhecimento na atualidade, percebemos ser urgente o estabelecimento, nos espaços de construção de saberes, de reflexões éticas. Pois elas nos estimulam a pensar sobre o compromisso ético e político que deve ser assumido pelo pesquisador no momento de construção e desenvolvimento de sua pesquisa.

Os indivíduos que contribuem nos procedimentos de pesquisa são entidades sociais engajadas em uma existência comunitária, onde compartilham um conjunto cultural. Seus

saberes, percepções, princípios e posturas são derivados dessas interações, fundamentados nas representações formadas nesse processo que é simultaneamente social e intersubjetivo (Gatti, 2019).

Os participantes devem ser assim entendidos como seres humanos complexos e multifacetados, dotados de suas próprias histórias, contextos e identidades (Kramer; Pena, 2019). Essa perspectiva desafia a visão reducionista que trata os participantes como meros recipientes de dados, a partir da proposta de uma abordagem que os considere como colaboradores ativos no processo de construção do conhecimento. A ideia central é que a pesquisa não deve ser conduzida sobre as pessoas, mas sim com elas, respeitando suas singularidades e contribuições.

Mesmo quando o tema da investigação não trata de questões reconhecidamente sensíveis, a simples participação em um estudo induz os sujeitos, pesquisadores e pesquisados, a reflexões e transformações pessoais e sociais, promovendo um intercâmbio de ideias e experiências vividas. Esta dinâmica exige do pesquisador uma atenção especial ao seu comportamento durante a coleta de dados, incluindo as técnicas de abordagem, modos de expressão e comunicação, escolha de palavras, atitudes e linguagem corporal. É fundamental levar em conta os impactos potenciais dessa interação com os colaboradores da pesquisa, onde o pesquisador, querendo ou não, ocupa uma posição de influência diferenciada (Gatti, 2019). O papel do pesquisador transcende a simples coleta de dados, transformando-se em facilitador de um diálogo respeitoso e igualitário, onde as experiências e vozes dos participantes são valorizadas como contribuições essenciais para a construção do conhecimento.

A reflexividade crítica emerge como um componente central nesta abordagem ética, exigindo que os pesquisadores estejam constantemente conscientes de suas próprias posições e das relações de poder que permeiam suas interações com os participantes. Esse autoexame é fundamental para evitar a imposição de interpretações enviesadas, que poderiam distorcer as perspectivas autênticas dos participantes. Ao refletir sobre seus próprios preconceitos e pressupostos, os pesquisadores podem ajustar suas abordagens, garantindo que os resultados da pesquisa reflitam fielmente as realidades e vivências daqueles que estudam, em vez de projetar sobre eles narrativas externas.

Além disso, é imperativo considerar as implicações sociais e políticas dos resultados da pesquisa. O conhecimento produzido nas Ciências Humanas está intrinsecamente ligado aos

contextos sociopolíticos nos quais é gerado e aplicado. Portanto, os pesquisadores têm a responsabilidade de antecipar e refletir sobre as possíveis consequências de seus achados, tanto em termos acadêmicos quanto em termos de impacto sobre políticas públicas, práticas sociais e discursos culturais. Essa responsabilidade ético-política exige um compromisso contínuo com a justiça social, orientando os resultados da pesquisa para o benefício das comunidades envolvidas, promovendo a equidade e combatendo desigualdades estruturais. Dessa forma, quando essa responsabilidade é negligenciada, a produção de conhecimento corre o risco de reproduzir estigmas, reforçar exclusões e ampliar desigualdades já existentes, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder assimétricas.

De acordo com Kramer (2002), o reconhecimento das complexidades contextuais e das particularidades das identidades dos participantes é fundamental para garantir a dignidade e o respeito, além de ser essencial para assegurar a relevância e a validade dos resultados da pesquisa. Para tanto, entender o contexto sócio-histórico e as questões que impactam o grupo de sujeitos pesquisados é essencial para uma abordagem ética e responsável.

A aplicação da ética de relação na pesquisa com seres humanos ganha concretude quando observamos situações cotidianas de investigação em Educação, onde os dilemas não podem ser resolvidos apenas com base em normativas formais, mas exigem sensibilidade, reflexividade e responsabilidade para com o outro. A seguir, apresentamos alguns cenários que exemplificam esses desafios, ressaltando a necessidade de um posicionamento ético que vá além do cumprimento burocrático das normas.

As crianças, frequentemente objeto de estudos em Educação, representam um grupo especialmente vulnerável, em razão de sua posição social e jurídica. A Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde reconhece a necessidade de proteção adicional, mas o tratamento ético desse público não pode se restringir ao consentimento legal fornecido por pais ou responsáveis. A ética de relação demanda que as crianças sejam tratadas como sujeitos de direito, capazes de participar ativamente do processo de decisão sobre sua inserção na pesquisa.

O assentimento infantil, expresso em linguagem acessível, clara e respeitosa, deve ser buscado como prática essencial. Mesmo em idades precoces, elas têm percepções sobre o mundo ao seu redor, e ignorar sua agência é reproduzir uma postura que desrespeita sua

alteridade. Assim, um pesquisador comprometido não se limita ao cumprimento formal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mas cria condições para que a criança compreenda o estudo, faça perguntas e manifeste sua concordância ou recusa. Esse cuidado não é apenas ético, mas também metodológico, pois aumenta a qualidade e autenticidade dos dados coletados.

Além disso, é necessário atentar para o modo como o pesquisador interage com as crianças no campo: escolhas de linguagem, postura corporal e modos de aproximação podem impactar diretamente no sentimento de segurança e confiança dos participantes. Ao privilegiar uma escuta empática e respeitosa, o pesquisador reconhece a criança não como objeto passivo, mas como coautora do processo investigativo.

Do cuidado com a singularidade da criança ao respeito pelos modos de vida de grupos e comunidades, o compromisso ético do pesquisador amplia-se, exigindo atenção às múltiplas formas de existência e resistência que compõem o campo social. Portanto, investigações realizadas em contextos, como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas ou periferias urbanas, trazem dilemas éticos que ultrapassam a dimensão individual. Nestes espaços, a identidade coletiva, a história de resistência e os modos próprios de organização social exigem do pesquisador um posicionamento ético atento às práticas culturais, aos códigos simbólicos e às formas coletivas de decisão.

Por exemplo, em determinadas comunidades indígenas, o consentimento individual não é suficiente; é preciso dialogar com lideranças tradicionais, respeitar protocolos internos e compreender que a autorização para pesquisar passa por negociações coletivas. Além disso, há que se reconhecer os impactos históricos da pesquisa nessas populações, frequentemente marcada por práticas extrativistas, onde informações foram retiradas sem devolutiva ou benefício para o grupo. Nesse contexto, a ética de relação se materializa na adoção de estratégias de devolutiva dos resultados, na valorização dos saberes locais e na construção de parcerias que fortaleçam a comunidade, e não a utilizem apenas como fonte de dados.

Outro exemplo recorrente é a pesquisa em periferias urbanas. Nesses espaços, marcados por desigualdades estruturais, a presença do pesquisador pode gerar expectativas ou desconfianças. A responsabilidade ética exige não apenas transparência sobre os objetivos da pesquisa, mas também sensibilidade para evitar reproduzir estigmas sociais. O pesquisador precisa reconhecer sua própria posição de poder e adotar estratégias que reduzam

hierarquias, como a valorização das narrativas dos moradores e a devolutiva em formatos acessíveis (reuniões comunitárias, relatórios simplificados, materiais educativos).

Esse tipo de postura não é apenas um requisito ético, mas uma forma de justiça social: a pesquisa torna-se também uma oportunidade de dar escuta e visibilidade às vozes historicamente marginalizadas e contribuir para o enfrentamento das desigualdades.

Outro dilema central refere-se à garantia de anonimato e confidencialidade. Em pesquisas qualitativas, sobretudo quando se trabalha com narrativas de vida ou histórias pessoais, a simples omissão de nomes pode ser insuficiente para proteger os participantes, especialmente em comunidades pequenas, onde características e contextos podem facilmente identificar os envolvidos. O pesquisador precisa, portanto, refletir sobre os limites da confidencialidade e discutir com os participantes quais estratégias podem ser adotadas para protegê-los.

A ética de relação, contudo, não se limita às interações no campo e às dinâmicas socioculturais mais amplas, ela também se expressa nas decisões metodológicas cotidianas, que envolvem o manejo sensível das informações e a proteção da identidade dos participantes. Muitas vezes, informações coletadas para uma finalidade são reutilizadas em novos estudos ou análises. Ainda que a legislação permita determinados usos, a ética de relação exige um compromisso contínuo com os participantes, que devem ser informados e consultados sempre que novos usos forem planejados. Esse cuidado evita que os participantes se sintam instrumentalizados e reforça a confiança na pesquisa.

A digitalização dos dados traz ainda outro desafio: a segurança das informações. Gravações de entrevistas, transcrições e bancos de dados armazenados em plataformas digitais podem ser alvo de vazamentos ou usos indevidos. O pesquisador deve, portanto, adotar práticas de proteção digital, como criptografia, anonimização rigorosa e controle de acesso, reconhecendo que a confidencialidade hoje vai além do campo físico e precisa incorporar medidas tecnológicas.

As situações acima demonstram como os princípios éticos devem ser adaptados a diferentes contextos e as singularidades dos participantes. Esses exemplos mostram a necessidade de uma sensibilidade cultural profunda, a importância de salvaguardar a segurança e o bem-estar dos participantes, e a relevância de adaptar métodos de pesquisa para grupos específicos, respeitando suas capacidades e limitações. Assim, a pesquisa em

Ciências Humanas deve se orientar por uma abordagem responsiva, responsável e baseada em uma proposta ética centrada nas interações sociais.

Desse modo, a ética de relação não pode ser compreendida como um conjunto de boas intenções ou de normas a cumprir, mas como uma postura efetiva de reconhecimento da alteridade. Isso implica considerar cada participante em sua singularidade, marcada por trajetórias históricas, culturais e sociais que não podem ser reduzidas a categorias previamente definidas. Ao assumir a assimetria entre pesquisador e pesquisado, o compromisso ético se desloca do simples evitar danos para a construção de relações de confiança, hospitalidade e escuta atenta. A pesquisa, assim, deixa de ser apenas um procedimento técnico e passa a constituir um espaço de encontro, no qual a dignidade e a voz do outro se tornam condições essenciais para a produção de conhecimento.

Nessa perspectiva, o rigor investigativo não se limita à coerência metodológica, mas se mede também pela capacidade de responder de modo ético às singularidades de cada contexto, ajustando métodos, reformulando instrumentos e, quando necessário, suspendendo procedimentos que se revelem inadequados. A legitimidade da pesquisa depende, portanto, de sua abertura à imprevisibilidade da vida humana e de sua disposição em reconhecer limites. Esse movimento amplia a validade dos resultados, fortalece o compromisso com a justiça social e prepara o terreno para uma reflexão mais aprofundada sobre a responsabilidade e a reflexividade crítica do pesquisador, que constituem o núcleo da ética de relação.

Reflexividade crítica e responsabilidade do pesquisador: a Ética de Relação

A ética na pesquisa com seres humanos exige um equilíbrio entre a generalidade e a singularidade, respeitando tanto os princípios éticos universais quanto as experiências e contextos individuais dos participantes. Isso implica uma abordagem responsiva e contextualizada, que valoriza a interação e o diálogo entre pesquisador e participante, e considera as implicações éticas em múltiplos níveis - desde as normas gerais até as situações específicas e únicas.

De acordo com uma interpretação fenomenológica, uma ação é considerada ética se atender a três critérios fundamentais: ser uma escolha voluntária e livre do indivíduo, ser realizada com a compreensão do seu sentido ético subjacente e, por fim, ser cumprida como parte de um dever reconhecido pela consciência do sujeito (Levinas, 1988). Esta visão ressalta que a ação ética não é meramente uma resposta automática a necessidades ou imposições

externas, mas sim uma manifestação da liberdade do sujeito, que escolhe agir de acordo com princípios e valores reconhecidos por sua consciência (Santos, 2017).

Para compreender a complexidade da ética na prática, é essencial explorar suas diferentes camadas e dimensões. Santos (2017) oferece uma perspectiva detalhada, categorizando a ética em três níveis distintos: a ética de normas, a ética de princípios e a ética de relação. Cada um desses níveis apresenta um foco e uma profundidade diferentes na compreensão e aplicação da ética. Esta abordagem nos permite ver a ética não apenas como um conjunto de regras a serem seguidas, mas como um espectro que vai do cumprimento de normativas externas à internalização de valores e, finalmente, ao engajamento ativo e responsivo com os outros. Essa estrutura de múltiplos níveis ressalta a evolução da ética desde uma perspectiva baseada em regras até uma prática enraizada na interconexão humana e na responsividade às necessidades alheias.

A ética de normas é o nível mais básico, focando no cumprimento de regras e obrigações estabelecidas em códigos de conduta. Estes códigos podem ser aplicados em diversos contextos, como na sociedade civil, no ambiente profissional ou em comunidades domiciliares. A principal característica deste nível é a aderência a normas externas, e a virtude chave é a obediência. Este nível é considerado menos profundo porque a autoridade ética emana do código regulador externo, e não da própria pessoa (Santos, 2017).

Já, a ética de princípios é baseada na adesão a princípios e valores pessoais. As pessoas seguem normas não apenas porque estão estabelecidas, mas porque acreditam nelas e as consideram justas. Este nível envolve um exercício mais profundo de discernimento e consciência, sendo marcado por uma maior autonomia. As virtudes são semelhantes às do nível de normas (como obediência, retidão, lealdade e coerência), mas são infundidas com uma nova significância pela primazia da consciência individual (Santos, 2017).

Por fim, a ética de relação corresponde ao nível mais profundo, com foco na responsabilidade e no cuidado com os outros. A chave aqui é a alteridade, ou seja, a capacidade de se relacionar e responder às necessidades, demandas e limites únicos dos outros. Este nível ultrapassa as normas externas e os princípios internos, voltando-se para a interação humana e o reconhecimento do outro como fundamental. As principais disposições são a vulnerabilidade e o acolhimento, enfatizando a importância de estar aberto e responsivo aos outros (Santos, 2017).

A ética de relação na pesquisa com seres humanos

Levinas (1988) apresenta a ética de relação como um conceito central que transcende as abordagens tradicionais de ética fundamentadas em normas universais e princípios racionais, uma ética que emerge da relação direta e imediata com o outro. A ética de relação se baseia na assimetria fundamental entre o 'eu' e o 'outro' (Levinas, 1988). Diferente das éticas tradicionais que buscam uma simetria ou reciprocidade, onde os direitos e deveres são mutuamente equilibrados, a ética de relação reconhece que o 'outro' sempre excede qualquer tentativa de compreensão ou categorização, implicando uma obrigação contínua e inexaurível para com o 'outro'.

A ética de relação abraça a alteridade como uma condição irredutível, uma realidade que deve ser respeitada em sua singularidade intransponível. Esse respeito implica uma hospitalidade infinita, onde o 'eu' se coloca em uma posição de acolhimento e proteção ao 'outro', reconhecendo a necessidade de cuidado (Levinas, 1988).

Desse modo, a ética de relação é um princípio ético que se baseia na noção de alteridade, ou seja, na não-indiferença à diferença dos outros e na responsabilidade de responder pelo próximo. Ela vai além das perspectivas deontológicas e teleológicas, transcendendo a disjunção entre heteronomia e autonomia, e se concentra na relação com o outro e na responsabilidade de cuidar dele. Essa abordagem ética enfatiza a importância de reconhecer a singularidade e a dignidade do outro, levando em consideração suas necessidades, perspectivas e experiências, o que implica em uma postura de abertura, escuta atenta e cuidadosa em relação aos outros, e demanda uma responsabilidade ética em relação aos impactos das ações sobre o próximo.

Essa abordagem enfatiza que a ética transcende a simples adesão a normas ou a busca unilateral por resultados (Levinas, 1988; Santos, 2017). Em vez disso, ela se concentra na qualidade das relações humanas, na atenção meticulosa e respeitosa às experiências únicas dos participantes, e na responsabilidade contínua para com o bem-estar e dignidade do próximo. Na prática, isso implica em uma postura de abertura e sensibilidade às necessidades e contextos dos envolvidos, garantindo que a pesquisa seja conduzida de maneira que honre e reconheça a complexidade e a riqueza das experiências humanas. A ética de relação, portanto, se estabelece como um caminho ético vital, guiando os pesquisadores a construir interações mais empáticas, responsáveis e eticamente fundamentadas em seus estudos envolvendo seres humanos.

A adoção da ética de relação em pesquisas com seres humanos, oferece vantagens significativas sobre as abordagens tradicionais da ética de normas e da ética de princípios. Este enfoque, centrado na alteridade e na responsabilidade para com o outro, cria um terreno fértil para o desenvolvimento de práticas de pesquisa mais empáticas e inclusivas. Ao priorizar o entendimento das experiências e perspectivas dos participantes, esta abordagem fomenta um ambiente de pesquisa mais respeitoso e humanizado.

Além disso, a ética de relação valoriza a construção colaborativa do conhecimento, reconhecendo a importância da interação e do diálogo entre pesquisador e participante. Esta interação não apenas enriquece o processo de pesquisa, mas também promove um maior respeito pelos direitos e pela dignidade dos indivíduos envolvidos. Neste contexto, os participantes são vistos como colaboradores ativos, e não apenas como sujeitos passivos de estudo.

Outro aspecto importante da ética de relação é a sua capacidade de adaptar-se a contextos culturais e sociais diversos. Ao invés de se ater somente a aplicação de um conjunto rígido de normas, esta abordagem incentiva os pesquisadores a considerarem as particularidades e nuances de cada situação, o que é particularmente relevante nas Ciências Humanas, onde os contextos sociais e culturais desempenham um papel central.

Em suma, a adoção da ética de relação nas Ciências Humanas oferece uma perspectiva humanizadora e responsiva, alinhada aos valores contemporâneos de respeito à diversidade e à inclusão. Ela promove uma pesquisa mais consciente e sensível às necessidades e direitos dos seres humanos, contribuindo para a geração de conhecimento mais ético e socialmente responsável.

Implicações sociopolíticas e o compromisso ético-político da pesquisa

Conforme discutido na seção anterior, a ética de relação se estabelece como um paradigma indispensável na pesquisa envolvendo seres humanos, enfatizando a necessidade de respeito, compreensão profunda e valorização das dinâmicas complexas inerentes às interações humanas. A centralidade dessa abordagem reside na humanização do processo de pesquisa, onde os participantes são tratados não como meros objetos de estudo, mas como seres humanos completos, com suas histórias, sentimentos e dignidade.

Esse respeito à humanidade dos participantes exige um reconhecimento das complexidades de suas identidades, evitando generalizações e estereótipos. Cada indivíduo

traz consigo uma teia única de experiências, influências culturais e sociais que moldam sua visão de mundo, e é essencial que a pesquisa honre essa diversidade, abordando cada participante como um sujeito distinto com suas próprias narrativas e contextos.

A relação entre pesquisadores e participantes deve, portanto, ser pautada por princípios éticos de respeito, sensibilidade e cuidado, implicando uma conscientização do impacto que as ações, palavras e a própria presença do pesquisador podem ter sobre os participantes. Uma postura ética requer abertura para aprender com os participantes, sem impor preconceitos ou visões predeterminadas, e um esforço genuíno para entender suas perspectivas e experiências.

O bem-estar dos participantes deve ser uma prioridade constante, criando um ambiente onde eles se sintam seguros, respeitados e valorizados. A abordagem deve ser sensível às suas necessidades individuais, histórias e contextos sociais, assegurando que a participação na pesquisa não os exponha a danos, desconforto ou estresse desnecessário.

A prática reflexiva emerge como uma ferramenta vital para manter a pesquisa alinhada com os valores éticos, em um campo que é dinâmico e frequentemente imprevisível. Essa reflexão não é apenas um exercício teórico, mas um componente essencial da prática ética, exigindo dos pesquisadores uma constante avaliação e reavaliação de seus métodos, resultados e motivações. A consciência crítica sobre a não neutralidade da pesquisa e a influência da identidade do pesquisador, suas crenças e presença, é fundamental. Essa introspecção permite que os pesquisadores ajustem suas abordagens e interpretações de dados, garantindo que a pesquisa seja conduzida de maneira ética e responsiva às realidades e sensibilidades dos participantes.

Além disso, a adaptação metodológica e a contextualização são cruciais para uma pesquisa eticamente sólida. Compreender o contexto sócio-histórico e as questões que impactam os sujeitos pesquisados é essencial, exigindo uma preparação cuidadosa e uma sensibilidade aguçada para lidar com as particularidades de cada contexto e indivíduo. Isso assegura que a pesquisa respeite a complexidade das experiências humanas, permitindo uma interação respeitosa e empática.

A ética de relação permite ainda que os pesquisadores sejam responsivos às necessidades dinâmicas que surgem durante o processo investigativo. As situações humanas são inerentemente complexas e mutáveis, e a capacidade de ajustar abordagens à medida que novas informações e compreensões emergem é uma característica distintiva dessa ética.

Ao contrário de uma adesão rígida a normas ou princípios, a ética de relação promove uma flexibilidade ética que se adapta às nuances e singularidades de cada contexto de pesquisa.

Sendo assim, ao planejar a pesquisa, os pesquisadores devem considerar a criação de espaços de diálogo e negociação com os participantes, onde as expectativas e preocupações possam ser discutidas abertamente. Isso inclui definir claramente os objetivos da pesquisa, explicar os possíveis riscos e benefícios, e levar em conta as subjetividades dos participantes ao desenvolver os métodos e instrumentos de coleta de dados.

Durante a coleta de dados, a ética de relação se manifesta na escolha de métodos que promovam a participação ativa e respeitem as narrativas e experiências dos participantes. Métodos como entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e histórias de vida são particularmente eficazes para capturar a complexidade das experiências humanas. É crucial que os pesquisadores adotem uma postura de escuta ativa e empática, criando um ambiente acolhedor e seguro onde os participantes se sintam confortáveis para compartilhar suas histórias. Além disso, a atenção ao uso de linguagem sensível e acessível é essencial para evitar mal-entendidos e garantir que todos os envolvidos compreendam plenamente o processo de pesquisa.

Após a coleta de dados, a ética de relação continua a ser relevante na análise e interpretação dos resultados. É importante que os pesquisadores sejam transparentes em suas análises, reconhecendo suas próprias perspectivas e possíveis vieses. Sempre que possível, deve-se buscar validar suas interpretações com os participantes, proporcionando uma oportunidade para que estes comentem e revisem as conclusões preliminares. Este processo de validação pode incluir a realização de sessões de *feedback*, onde os resultados são apresentados aos participantes para discussão e refinamento. Essa prática não apenas fortalece a validade dos achados, mas também os reconhece como co-autores do conhecimento produzido.

Na disseminação dos resultados, a ética de relação exige que os pesquisadores considerem a forma como as descobertas serão comunicadas e compartilhadas. É essencial que os resultados sejam apresentados de maneira acessível e relevante para os participantes e suas comunidades, utilizando formatos e canais que respeitem suas preferências e necessidades. Isso pode incluir a tradução dos resultados para a língua local, a organização de eventos comunitários para discussão dos achados ou a publicação de resumos em meios de

comunicação acessíveis aos participantes. Além disso, os pesquisadores devem ser sensíveis às implicações dos resultados e evitar qualquer uso que possa prejudicar os participantes ou suas comunidades.

Em suma, a aplicação prática da ética de relação na pesquisa exige uma abordagem holística e contínua, que permeia todas as fases do processo investigativo. Desde o planejamento até a disseminação, os pesquisadores devem se comprometer com práticas que respeitem e valorizem as experiências dos participantes, promovendo uma pesquisa ética, inclusiva e transformadora.

Assim, cada um desses fundamentos exemplifica como a ética de relação pode ser integrada de maneira eficaz na pesquisa com seres humanos, contribuindo para uma prática investigativa que é não apenas tecnicamente rigorosa, mas também profundamente enraizada em valores humanísticos. Esta abordagem não se trata de uma lista exaustiva, mas sim de direções promissoras que orientam os pesquisadores a se engajarem em uma prática ética que valorize e respeite a complexidade e a riqueza das experiências humanas.

Considerações finais

A discussão sobre ética nas pesquisas com seres humanos é um imperativo moral e social. Repensar e remodelar continuamente as práticas de pesquisa para garantir que sejam éticas, sensíveis e respeitosas com a diversidade humana é um desafio constante. Esta reflexão não é apenas um resumo de princípios, mas um convite à ação consciente, incentivando os pesquisadores a adotarem uma prática de pesquisa verdadeiramente respeitosa para com o outro. A ética na pesquisa não deve ser vista apenas como um conjunto de regras a serem seguidas, mas como um compromisso com o reconhecimento e valorização de todas as identidades e experiências humanas.

O presente artigo enfatizou a importância crucial de uma ética de relação na pesquisa com seres humanos. A discussão apresentada não é apenas teórica, mas um apelo à ação para que os pesquisadores abracem uma abordagem que reconhece e valoriza as complexidades das experiências humanas. A ética na pesquisa transcende a mera conformidade com normas e diretrizes; ela representa um compromisso profundo e contínuo com o bem-estar, a dignidade e o respeito pelas diversas identidades humanas.

A abordagem ético-reflexiva delineada aqui desafia os pesquisadores a repensarem e remodelarem continuamente suas práticas. A pesquisa deve ser vista como uma jornada que não apenas busca conhecimento, mas também fomenta compreensão, empatia e respeito

pelas diferenças humanas. É fundamental que os pesquisadores se comprometam a criar um espaço de pesquisa que seja inclusivo, justo e sensível às nuances de cada indivíduo e contexto.

O papel do pesquisador nas Ciências Humanas é intrinsecamente ligado à responsabilidade ética. A relação entre pesquisador e pesquisado deve ser construída sobre alicerces de confiança, respeito mútuo e sensibilidade. Reconhecendo os participantes como sujeitos ativos no processo de pesquisa, os pesquisadores podem desenvolver trabalhos que são não apenas tecnicamente competentes, mas que também refletem um compromisso genuíno com valores humanísticos.

Reconhece-se que este trabalho possui limitações inerentes à complexidade da temática abordada. A discussão sobre a ética de relação é vasta e multifacetada, e este estudo se limita a explorar determinados aspectos específicos dessa problemática. Além disso, as sugestões e reflexões apresentadas não são exaustivas e podem não capturar todas as particularidades dos diversos contextos de pesquisa. A aplicação prática das ideias aqui delineadas pode necessitar de ajustes e adaptações para se adequar às particularidades culturais, sociais e disciplinares de cada situação específica. Apesar dessas limitações, a intenção deste trabalho é proporcionar uma base para uma reflexão contínua e crítica, incentivando uma abordagem ética que valorize a singularidade dos participantes e promova práticas de pesquisa mais humanizadas e responsáveis.

Por fim, a discussão aqui apresentada reforça a importância de uma reflexão crítica, contínua e profunda sobre a ética nas pesquisas com seres humanos. Encorajamos os pesquisadores a se engajarem em uma reflexão constante sobre suas práticas, buscando sempre maneiras de aprimorar a condução de pesquisas de maneira que honrem e respeitem plenamente as complexidades e riquezas das experiências humanas.

Referências

CORSARO, William Arnold. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200008>. Acesso em: 27 out. 2025.

GATTI, Bernardete Angelina. Potenciais riscos aos participantes. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. v. 1, p. 35-41. Disponível em:

<https://legado.anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200003>. Acesso em: 27 out. 2025.

KRAMER, Sonia; PENA, Alexandra Coelho. Vulnerabilidade e ética na pesquisa em educação. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. v. 1, p. 71-75. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**: ensaio sobre a exterioridade. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

SANTOS, Luciano. Da competência no fazer à responsabilização no agir: ética e pesquisa em Ciências Humanas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 244-256, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i1.0013>. Acesso em: 27 out. 2025.

Sobre os autores

Willer Moravia
Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em regime de cotutela internacional com a Université de Limoges (França). Integrante do Laboratório de Avaliação da Educação (LAEd/PUC-Rio) e do Groupe de Recherches Sociologiques sur les Sociétés Contemporaines (GRESCO). Advogado, atua como consultor e articulador de políticas públicas educacionais.
E-mail: willermoravia@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1967-5481

Helce Amanda Moreira
Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), integrante do Grupo de Estudos em Diversidade, Educação e Controvérsias (Diversias). Membro do Observatório da Educação Domiciliar e Desescolarização Educação vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: helceamanda@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8625-388X

Recebido em: 27/11/2025
Aceito para publicação em: 15/12/2025